



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº: 0290.746-2 – Recife

Agravante(s): Estado de Pernambuco

FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

Procurador: Maria Raquel S. Aquino de Oliveira

Agravado(s): João Paulo Maranhão Simões Souza

Advogado: Carolina Oliveira Frazão PE023266

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

134

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PENSÃO POR MORTE. DEPENDENTE UNIVERSITÁRIO. EMPRÉSTIMO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. AVERBAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO AOS BENEFICIÁRIOS NÃO VITALÍCIOS. RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

1. Versa a presente lide acerca da implantação de margem consignável em folha de pagamento do benefício de pensão por morte percebida pelo ora agravado. Compulsando os autos verifica-se que o autor/agravado, na qualidade de pensionista universitário, objetivando saldar débitos adquiridos com o pagamento das mensalidades da Faculdade, requereu a implantação de margem consignada na sua folha de pagamento para fins de obtenção de empréstimo.

2. A FUNAPE indeferiu seu pleito sob alegação da não disponibilização de margem consignável para favorecidos por benefícios não vitalícios (fls. 17/18), a exemplo do caso em apreço, em que o agravado percebe pensão na qualidade de filho universitário por força de decisão judicial precária.

3. Não obstante a pensão percebida pelo agravado, de fato, possua caráter transitório, eis que decorrente de provimento judicial liminar e condicionada à manutenção, pelo beneficiário, das condições necessárias à sua concessão, relativas à idade e continuidade do curso universitário, cumpre ressaltar que tais circunstâncias não configuram óbice à efetividade do benefício de pensão. De fato, uma vez deferido o benefício, enquanto mantidos os requisitos para a sua percepção subsiste a obrigação da FUNAPE em pagá-lo, não havendo que se falar em óbice ao usufruto de outras benesses legalmente previstas.

4. Tal como asseverado pelo autor/agravado, os Decretos estaduais (nº 25.837/03, 26.330/04, 32.138/08 e 37.355/11) ao conceituarem a figura do "consignado", preveem, expressamente, os pensionistas como beneficiários, sendo certo que inexistente qualquer norma restritiva, que exclua daquele preceito aqueles que percebem benefícios em caráter não vitalício. Advirta-se, ademais, que, a própria norma é explícita em dispor que o consignante, leia-se, o Estado de Pernambuco, suas Autarquias e Fundações, não responderá pelos valores não descontados, inclusive em virtude de suspensão, não havendo, pois, risco de comprometimento financeiro para o Erário, razão pela qual não merece acolhimento o argumento do agravante no sentido de que a averbação de consignações em folha de pagamento de benefícios não vitalícios afronta o interesse público, porquanto, *in casu*, o risco do inadimplemento do empréstimo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

pertence à instituição financeira, a quem compete firmar ou não o contrato.

5. O fato de que a legislação prevê o estabelecimento de termos (prazos) de validade da consignação a ser averbada, que, portanto, pode ser vinculada à data de previsão do fim do curso universitário ou adimplemento da idade de vinte e cinco anos do autor, ora agravado.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo de instrumento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo de Instrumento nº 0290.746-2, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, a FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco e outro e, como agravado, João Paulo Maranhão Simões Souza, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente agravo de instrumento, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

129
01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento nº: 0290.746-2 – Recife
Agravante(s): Estado de Pernambuco
FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos
Servidores do Estado de Pernambuco
Procurador: Maria Raquel S. Aquino de Oliveira
Agravado(s): João Paulo Maranhão Simões Souza
Advogado: Carolina Oliveira Frazão PE023266
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado de Pernambuco e FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco em face de João Paulo Maranhão Simões Souza, impugnando decisão interlocutória da lavra da MM. Juíza da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dra. Mariza Silva Borges, prolatada nos autos da Ação Ordinária nº 0060319-97.2011.8.17.0001.

A Magistrada de Piso, através da decisão questionada (fls. 63), deferiu antecipação de tutela, determinando à FUNAPE que implantasse a margem consignada no contracheque do pensionista João Paulo Maranhão Simões Souza até ulterior decisão.

Assevera, em síntese:

1) Que o Decreto nº 25.837/03, ao qual faz referência o autor/agravado, foi revogado pelo Decreto nº 23.330/04;

2) Que tal regulamentação versa apenas sobre a averbação de consignações em folha de pagamento, no âmbito de órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, dispondo basicamente sobre a definição de consignações compulsórias e facultativas, sobre o limite percentual de comprometimento da remuneração com consignações e sobre o credenciamento de entidades consignatórias, não dispondo sobre o direito que o agravado pretende que lhe seja concedido;

3) Que o Decreto em comento pressupõe a existência de margem, consignável já deferida ao empregado, servidor ou pensionista, limitando-se a dispor sobre como será procedida a averbação da consignação em folha de pagamento e quais os limites do comprometimento da remuneração do consignado;


AI 0290.746-2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

4) Que o diploma legal em questão não garante a todo e qualquer pensionista o direito à implantação da margem consignável, sendo certo que a não disponibilização de margem consignável para beneficiários de pensão previdenciária na qualidade de filho e beneficiários de auxílio reclusão se deve ao fato de não serem tais benefícios vitalícios;

5) Que a não disponibilização de margem consignada a pensionistas transitórios, como *in casu*, atende aos princípios da razoabilidade, da moralidade, da isonomia material e da eficiência, porquanto não é do interesse público que seus pensionistas contraiam empréstimos com garantia de consignação em pagamento em folha sem que haja certeza de que tais pensionistas permanecerão recebendo os respectivos benefícios e por quanto tempo tal se dará;

6) Que o autor/agravado somente auferirá o benefício de pensão por morte por força de decisão judicial precária, deferida no bojo de Ação Ordinária, ainda não transitada em julgado, que pode, portanto, ser revogada a qualquer tempo;

7) Que não é dado ao Judiciário invalidar opções administrativas ou substituir critérios técnicos por outros que reputa mais convenientes ou oportunos, pois essa valoração refoge à sua competência.

Pugna pelo provimento do recurso, com a integral reforma da decisão agravada.

Instado a apresentar suas contrarrazões, o agravado fê-lo às fls. 78/86, aduzindo que o Estado de Pernambuco editou o Decreto nº 25.837/03, que contempla a figura do consignado pensionista sem qualquer reserva ou exclusão, razão pela qual, não pode o Poder Público, sem qualquer amparo legal, negar a pretensão autoral sob a alegação de que sua pensão não possui natureza vitalícia.

Asseverou, ademais, que os empréstimos contraídos através de desconto em folha são a termo, podendo perfeitamente se adequar no tempo em que o autor gozará da prerrogativa de pensionista.

Aduziu, outrossim, que o atual Decreto nº 37.355/11, que regula a matéria, igualmente não exclui o direito do pensionista facultativo a realizar empréstimos consignados.

O *Parquet* exarou parecer às fls. 125/126, manifestando a ausência de interesse público que justifique a sua intervenção.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

130

01

É o que de importante se tem a relatar.

Pego dia para julgamento.

Recife, 11 de junho de 2014.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

135 01

Terceira Câmara de Direito Público
Agravo de Instrumento nº: 0290.746-2 – Recife
Agravante(s): Estado de Pernambuco
FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos
Servidores do Estado de Pernambuco
Procurador: Maria Raquel S. Aquino de Oliveira
Agravado(s): João Paulo Maranhão Simões Souza
Advogado: Carolina Oliveira Frazão PE023266
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO:

Versa a presente lide acerca da implantação de margem consignável em folha de pagamento do benefício de pensão por morte percebida pelo ora agravado.

Compulsando os autos verifica-se que o autor/agravado, na qualidade de pensionista universitário, objetivando saldar débitos adquiridos com o pagamento das mensalidades da Faculdade, requereu a implantação de margem consignada na sua folha de pagamento para fins de obtenção de empréstimo.

Constata-se, ademais, que a FUNAPE indeferiu seu pleito sob alegação da não disponibilização de margem consignável para favorecidos por benefícios não vitalícios (fls. 17/18), a exemplo do caso em apreço, em que o agravado percebe pensão na qualidade de filho universitário por força de decisão judicial precária.

Não obstante a pensão percebida pelo agravado, de fato, possua caráter transitório, eis que decorrente de provimento judicial liminar e condicionada à manutenção, pelo beneficiário, das condições necessárias à sua concessão, relativas à idade e continuidade do curso universitário, cumpre ressaltar que tais circunstâncias não configuram óbice à efetividade do benefício de pensão.

De fato, uma vez deferido o benefício, enquanto mantidos os requisitos para a sua percepção subsiste a obrigação da FUNAPE em pagá-lo, não havendo que se falar em óbice ao usufruto de outras benesses legalmente previstas.

Cumprе ressaltar que, tal como asseverado pelo autor/agravado, os Decretos estaduais (nº 25.837/03, 26.330/04, 32.138/08 e 37.355/11) ao conceituarem a figura do "consignado", preveem,

AI)0290.746-2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

expressamente, os pensionistas como beneficiários, sendo certo que inexistente qualquer norma restritiva, que exclua daquele preceito aqueles que percebem benefícios em caráter não vitalício.

Advirta-se, ademais, que, a própria norma é explícita em dispor que o consignante, leia-se, o Estado de Pernambuco, suas Autarquias e Fundações, não responderá pelos valores não descontados, inclusive em virtude de suspensão, não havendo, pois, risco de comprometimento financeiro para o Erário, razão pela qual não merece acolhimento o argumento do agravante no sentido de que a averbação de consignações em folha de pagamento de benefícios não vitalícios afronta o interesse público, porquanto, *in casu*, o risco do inadimplemento do empréstimo pertence à instituição financeira, a quem compete firmar ou não o contrato.

Some-se a isso, outrossim, o fato de que a legislação prevê o estabelecimento de termos (prazos) de validade da consignação a ser averbada, que, portanto, pode ser vinculada à data de previsão do fim do curso universitário ou adimplemento da idade de vinte e cinco anos do autor, ora agravado.

Ante todo o exposto, VOTO PELO NÃO PROVIMENTO do presente agravo de instrumento.

Recife, 03 de JUN de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator